

ATA N.º 1

**DA PRIMEIRA SESSÃO DE FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA
CIM-RC**

Terminada a instalação do órgão deliberativo, Assembleia Intermunicipal (AI) da CIM RC, que decorreu no dia 19 de dezembro de 2025, na sede da CIM RC, seguiu-se de imediato no mesmo local, à realização da primeira reunião de funcionamento da AI, presidida pelo Presidente da Mesa Cessante da Assembleia Intermunicipal com maior número de eleitores, Fernando Luís de Almeida Torres Marinho, que sugeriu que se avançasse para a Ordem de trabalhos.

Verificou-se a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos eram cerca das 11h00, constando a respetiva folha de presenças como anexo à presente ata.

A representar o Conselho Intermunicipal da CIM-Região de Coimbra, esteve a Presidente do Conselho Intermunicipal (CI), Helena Teodósio, bem como Vice-Presidente do CI Ricardo Cruz, e o Secretário Executivo Intermunicipal, Jorge Brito.

O Presidente da Mesa autorizou os serviços da CIM Região de Coimbra a gravar a presente sessão, para efeitos administrativos.

1. Eleição da Mesa da Assembleia Intermunicipal, nos termos da alínea a), do art. 84.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;

O Presidente da Mesa cessante disse que se iria proceder à eleição dos membros da Mesa, questionou se havia alguma proposta tendo o membro José Carlos Alexandrino Mendes, da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, proposto para Presidente da Mesa, José Alberto Pacheco Brito Dias da AM da Pampilhosa da Serra, para Vice-Presidente, José Carlos Alexandrino Mendes da AM de Oliveira do Hospital e para Secretário da Mesa propôs André Alexandre Semedo Fernandes de Melo da AM da Mealhada.

Foi apresentada uma lista a qual a Mesa designou por lista “A” constituída pelos membros indicados tendo-se a seguir procedido à votação.

Antes da votação mostrou-se a urna para que todos verificassem que a mesma se encontrava vazia.

Terminada a votação seguiu-se a contagem dos votos, tendo havido 55 votos favoráveis, 5 abstenções e 1 voto contra. Passou a mesa da AI a ser constituída pelos membros agora eleitos.

2. Eleição do Secretário Executivo Intermunicipal, sob proposta do Conselho Intermunicipal, nos termos da alínea c) do art. 84.º e art.º 94.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;

O Presidente da Mesa da AI informou que, por deliberação resultante de proposta aprovada pelo Conselho Intermunicipal na sua reunião de 11 de novembro de 2025, foi indicado Jorge Miguel Marques de Brito para o cargo de Secretário Executivo Intermunicipal.

Procedeu-se à votação por escrutínio secreto, seguida da apuração dos votos, tendo-se verificado 56 votos favoráveis, 5 abstenções e nenhum voto contrário.

3. Tomada de posse do Secretário Executivo Intermunicipal, conferida pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, perante a Assembleia Intermunicipal, nos termos da alínea e) do art.º 92.º e art.º 100, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;

Tendo assumido e assinado o termo de posse, o Secretário Executivo Intermunicipal cumprimentou todos os presentes e agradeceu o voto de confiança demonstrado pelos presentes. Colocou-se à disposição para as necessidades e desafios que serão colocados a esta CIM RC, maior Região de Portugal.

A Assembleia Intermunicipal tomou conhecimento da tomada de posse do Secretário Executivo Intermunicipal.

4. 2.ª Alteração orçamental modificativa - ano 2025;

Foi apresentada, nesta sessão de trabalho da Assembleia Intermunicipal, a 2.ª Alteração Orçamental Modificativa 2025.

Mais se apresenta a descrição ao conteúdo da referida alteração orçamental.

O membro Manuel Rocha, da Assembleia Municipal de Coimbra, apresentou um conjunto de questões relativas à execução de várias medidas e projetos constantes dos documentos em análise, manifestando preocupação com atrasos e reduções orçamentais verificadas em diferentes áreas.

Referiu, em particular, a necessidade de maior esclarecimento sobre as referências a “análises jurídicas complexas” e “pareceres jurídicos sucessivos” em alguns procedimentos, questionando as razões desses constrangimentos e o seu impacto na execução dos projetos.

Abordou igualmente atrasos e reduções de execução em iniciativas relacionadas com territórios inteligentes, mobilidade sustentável, ambiente e florestas, cultura, turismo e descentralização de competências, defendendo a importância de identificar concretamente as causas desses constrangimentos, nomeadamente dificuldades de coordenação institucional, procedimentos administrativos ou calendarização de investimentos.

Sublinhou que o objetivo das suas questões é compreender melhor as dificuldades encontradas na execução das ações previstas, de modo a permitir a identificação e superação das eventuais fragilidades no funcionamento dos processos.

Concluiu manifestando preocupação quanto à capacidade de execução futura, nomeadamente no âmbito do próximo orçamento, considerando importante assegurar que os obstáculos identificados sejam ultrapassados.

O Secretário Executivo Intermunicipal agradeceu as questões colocadas pelo membro Manuel Rocha, considerando que permitiam esclarecer vários aspetos relacionados com a execução dos projetos e do orçamento.

Começou por explicar que alguns atrasos decorrem do impacto dos calendários eleitorais e da abertura de avisos de candidatura a fundos em momentos que não são compatíveis com os períodos de limitação administrativa, o que condiciona a capacidade de execução. Referiu também que os processos de candidatura e análise de fundos apresentam atualmente prazos médios de cerca de seis meses, o que influencia a calendarização prevista.

Relativamente aos territórios inteligentes, destacou a complexidade técnica e tecnológica dos projetos, que envolvem múltiplos sistemas de interoperabilidade e domínios como inteligência artificial e conectividade, bem como situações imprevistas, como contestações judiciais a concursos públicos.

No que respeita ao Centro de Competência Geoespacial, referiu que os procedimentos dependem de pareceres prévios de entidades externas, tendo existido períodos prolongados sem resposta que condicionaram a execução.

Sobre os Planos de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), explicou que algumas candidaturas foram aprovadas com prazos de execução muito reduzidos, obrigando posteriormente a solicitar prorrogações de encargos ao Ministério das Finanças.

No domínio dos recursos hídricos, apontou dificuldades na contratação de projetos devido à escassez de fornecedores especializados em soluções de engenharia baseadas na natureza, o que tem provocado atrasos nos procedimentos.

Relativamente às florestas, indicou que a execução está condicionada pelos calendários das intervenções e por atrasos na aprovação de candidaturas, embora tenham sido desenvolvidos projetos relevantes, nomeadamente no combate a espécies infestantes.

Referiu ainda constrangimentos administrativos e atrasos de resposta por parte de entidades externas em áreas como turismo, cultura e descentralização de competências, que têm impacto na execução de alguns projetos.

Por fim, esclareceu que existe um processo judicial em curso relacionado com procedimentos do Balcão Único do Prédio (BUPi), o que obriga à manutenção de provisões orçamentais, e explicou que as diferenças verificadas na área dos transportes públicos resultaram do período de transição para o novo modelo de gestão do serviço, situação que ficará estabilizada nos exercícios seguintes.

O membro Manuel Rocha, em nota final, referiu aceitar os esclarecimentos prestados pelo Secretário Executivo Intermunicipal.

Sublinhou, contudo, a sua preocupação relativamente ao facto de o orçamento e a execução das iniciativas da Comunidade Intermunicipal estarem frequentemente condicionados por diversos fatores externos e administrativos, que podem comprometer a concretização das intenções de investimento da CIM.

Esclareceu que a sua intervenção não teve um carácter acusatório, mas sim o objetivo de alertar para os constrangimentos que podem afetar o desempenho e a capacidade de concretização das ações previstas para a região.

O Secretário Executivo Intermunicipal explicou que os orçamentos são provisionais, devido à forte dependência de fundos europeus. Alguns financiamentos são difíceis de prever, pois resultam de candidaturas competitivas, como um projeto recente do Horizonte Europa de cerca de 5 milhões de euros para testes de drones. A entidade gere dezenas de projetos europeus e aposta na apresentação de bons projetos para garantir financiamento.

Após apreciação do documento em análise, a AI deliberou por unanimidade, aprovar a 2.ª Alteração Orçamental Modificativa 2025.

5. Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – ano 2026

Foi presente a Proposta n.º 31, para Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Ano 2026, na qual se propõe “por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Setor Público Administrativo, que o Conselho Intermunicipal aprove e proponha à Assembleia Intermunicipal que delibere:

1 - Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro na sua atual redação, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos seguintes casos:

a) Resultem de projetos ou ações constantes das *Grandes Opções do Plano*, incluindo posteriores alterações que impliquem reforços orçamentais e/ou reprogramações dos valores dos projetos ou ações, através de alterações orçamentais;

b) Os seus encargos não excedam o limite de 500.000,00 euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

2 - *A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro na sua atual redação, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.*.....

3 - *Nas sessões da Assembleia Intermunicipal, deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.*

4 - *O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se ao Conselho Intermunicipal da CIM Região de Coimbra e relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos pontos acima referenciados já assumidas, a assumir ou que produzam efeitos no ano 2026.”*.....

Após apreciação do documento em análise, a AI deliberou por unanimidade, aprovar a Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, (LCPA) – Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Ano 2026.

6. Relação dos compromissos plurianuais, período de 01/04/2025 a 31/10/2025, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso

Foi presente, para conhecimento da AI, a relação dos compromissos plurianuais assumidos no período de 01 de abril a 31 de outubro de 2025. A relação dos compromissos assumidos agora apresentada respeita a proposta de autorização prévia genérica aprovada em sessão ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Após apreciação do documento em análise, a AI tomou conhecimento da Relação dos Compromissos Plurianuais assumidos no período 01/04/2025 a 31/10/2025, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso......

7. Grandes Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal para 2026 e seguintes;

Foi presente para apreciação desta Assembleia Intermunicipal, os Documentos Previsionais para 2026 que se consubstanciam nas Grandes Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal para 2026, documentos que constarão da presente ata como anexo.

O Secretário Executivo Intermunicipal apresentou uma síntese do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o próximo ano, salientando que se trata de um período particularmente exigente para a gestão pública municipal e intermunicipal. Referiu que o próximo ano corresponde ao último ano de execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o que implicará uma forte pressão ao nível da execução dos projetos, bem como a necessidade de ajustamentos e negociações relativamente a prazos, elegibilidades e níveis de execução. Destacou igualmente o impacto da regra do “ano +3” associada ao Portugal 2030, que obrigará a um elevado nível de execução no próximo ano, num contexto em que os projetos se tornaram mais complexos devido às crescentes exigências técnicas, ambientais e energéticas. Acrescentou ainda que está prevista uma possível reprogramação do Portugal 2030, que poderá introduzir novas prioridades, designadamente nas áreas da habitação, defesa e investimentos duais.

No que respeita ao funcionamento da Comunidade Intermunicipal, explicou que a entidade exerce simultaneamente funções de beneficiária e executora de projetos e de organismo responsável pela análise e avaliação de candidaturas apresentadas por municípios e empresas, no âmbito do Investimento Territorial Integrado (ITI), instrumento financiado por fundos europeus. Referiu também a relevância da central de compras da CIM, que presta serviços de contratação conjunta não apenas aos municípios, mas também a outras entidades do território, permitindo ganhos de eficiência em processos de aquisição, designadamente nas áreas da energia, seguros, combustíveis, veículos e outros bens e serviços.

No âmbito das principais áreas de intervenção, destacou a participação em diversos projetos europeus ligados à economia circular, à indústria 5.0 e à inovação, bem como a implementação de um plano de formação intermunicipal com mais de cinquenta ações destinadas aos municípios. Referiu igualmente a gestão intermunicipal de matérias como contraordenações rodoviárias, proteção de dados, cibersegurança e projetos de territórios inteligentes, bem como iniciativas de modernização administrativa. Foram também

mencionadas ações relacionadas com as redes intermunicipais de educação, bibliotecas e arquivos, a elaboração de planos de integração de migrantes e a implementação de projetos de inovação social dirigidos, entre outros, ao apoio a crianças com necessidades especiais e ao combate ao bullying e ao cyberbullying nas escolas.

O interveniente destacou ainda a cooperação internacional desenvolvida com territórios fora da União Europeia, nomeadamente através de projetos com regiões da Argentina e da Colômbia, bem como a participação em programas europeus nas áreas da mobilidade, inclusão e inovação. No domínio das infraestruturas e mobilidade, referiu projetos relacionados com o desenvolvimento da rede ciclável regional, incluindo ligações entre Coimbra, Montemor-o-Velho e Figueira da Foz, bem como iniciativas associadas à rede viária regional, à mobilidade urbana sustentável e ao sistema intermodal de transportes, que integra diferentes operadores e soluções de transporte flexível.

Foram ainda referidas iniciativas nas áreas da transição energética, gestão florestal, monitorização do território através de tecnologia satélite, turismo e cultura, bem como projetos de valorização do território, captação de investimento, promoção da bioeconomia e desenvolvimento de um ecossistema regional de startups. No plano cultural e social, destacou-se a continuidade de iniciativas de inclusão através da cultura, designadamente a replicação de um projeto de orquestra comunitária envolvendo os municípios da região.

Por fim, foi apresentado o valor global da proposta de orçamento da Comunidade Intermunicipal, estimado em cerca de 33,7 milhões de euros, sublinhando-se que a execução das diversas iniciativas previstas exigirá um esforço significativo de coordenação e gestão ao longo do próximo ano.

A AI deliberou, por unanimidade, aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal para 2026 e anos seguintes no valor total de 33.705.000,00 euros (trinta e três milhões, setecentos e cinco mil euros).....

8. Outros assuntos.

O Presidente da AI passou a palavra ao membro Afonso Viseu da AM de Penacova que iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e desejando um bom e profícuo mandato a todos os eleitos, felicitando igualmente o Presidente, o Dr. Luís Marinho e as funcionárias pela organização da sessão.

Referiu que decidiu intervir por não ter havido lugar a intervenções no ponto relativo à eleição do Secretário Executivo Intermunicipal. Assinalou que, à semelhança de outros membros, não recebeu previamente a proposta do Conselho Intermunicipal nem o currículo do candidato, Dr. Jorge Brito, entendendo que, sendo competência da Assembleia Intermunicipal proceder à eleição, tais documentos deveriam ter sido formalmente remetidos aos deputados para permitir o adequado escrutínio, sobretudo para os novos membros do órgão.

Gostaria que esses documentos tivessem sido disponibilizados por correio eletrónico, à semelhança de outros documentos enviados previamente.

Concluiu esclarecendo que a sua intervenção não constitui qualquer crítica pessoal ao candidato, reconhecendo-lhe mérito e qualificações para o cargo, desejando-lhe sucesso no exercício das funções e sublinhando apenas a necessidade de melhorar os procedimentos de comunicação entre o órgão executivo e o órgão deliberativo da Comunidade.

O membro Nuno Moita da Assembleia Municipal de Condeixa-a-Nova saudou os presentes e referiu ser um gosto intervir na sua primeira participação na Assembleia Intermunicipal.

Iniciou a sua intervenção com uma palavra de apreço e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por Luís Marinho, destacando a sua dedicação à região e ao concelho de Coimbra.

Dirigiu igualmente uma saudação aos colegas ex-colegas José Brito e José Alexandrino, sublinhando a sua qualidade e dedicação às respetivas terras e à região.

Referiu ainda a importância do trabalho desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal, salientando que, apesar de inicialmente não ter sido defensor da criação das CIM, reconhece atualmente o papel fundamental que estas desempenham no desenvolvimento integrado da região e na articulação entre os municípios.

Destacou também o trabalho realizado pela equipa técnica da CIM e pelo Secretário Executivo Intermunicipal, Jorge Brito, evidenciando o contributo decisivo deste para o funcionamento e para os resultados alcançados pela Comunidade Intermunicipal, que considera estar entre as melhores do país.

Concluiu agradecendo o trabalho desenvolvido e desejando a continuação de um bom trabalho em prol da região.

Tomou a palavra o Presidente da AI para complementar a intervenção anterior, recordando o contexto de criação da Comunidade Intermunicipal, resultante da agregação da anterior Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte com a do Baixo Mondego, passando a abranger um território muito diversificado, que se estende do litoral até à serra.

Referiu que, numa fase inicial, existia a preocupação de que os municípios de menor dimensão pudessem vir a ficar em desvantagem relativamente aos de maior dimensão. Contudo, salientou que, ao longo do tempo, foi possível construir um espírito de cooperação e solidariedade entre todos os municípios, procurando apoiar, em diferentes momentos, os territórios que mais necessitavam.

Destacou ainda o papel desempenhado pelo antigo Presidente João Ataíde, a quem atribuiu um contributo decisivo na promoção desta cultura de equilíbrio e cooperação entre os municípios, garantindo que nenhum concelho se sentisse diminuído ou excluído no seio da Comunidade Intermunicipal.

Concluiu sublinhando que esse espírito foi sentido e partilhado por todos os municípios.

Abel Carapeto, membro da Assembleia Municipal de Cantanhede iniciou a sua intervenção cumprimentando os membros da Assembleia e associando-se às palavras anteriormente proferidas por Nuno Moita. Saudou os recém-eleitos, a Mesa da Assembleia, o Secretário Executivo e a Presidente do Conselho Intermunicipal, Helena Teodósio.

Dirigiu ainda uma palavra de reconhecimento ao Luís Marinho pelo trabalho desenvolvido na condução dos trabalhos da Assembleia, destacando a sua competência e a forma elevada como desempenhou as funções, referindo que teve a oportunidade de acompanhar o seu trabalho ao longo dos últimos oito anos.

Salientou igualmente a necessidade de reforçar o papel da Assembleia Intermunicipal, considerando reduzido o número de reuniões anuais atualmente realizadas. Nesse sentido, deixou um apelo à Comunidade Intermunicipal e ao Conselho Intermunicipal para que promovam, junto do poder político, uma alteração legislativa que permita aumentar o número de assembleias e, conseqüentemente, reforçar a participação e o contributo dos membros da Assembleia para o desenvolvimento da região.

Passou a ler “A unidade local de saúde de Coimbra é hoje um pilar essencial do serviço nacional de saúde. não apenas para a região centro, mas para todo o país e que enfrenta desafios exigentes que impõem respostas políticas claras, objetivas e urgentes.

a ULS de Coimbra serve uma população cada vez mais envelhecida, num contexto demográfico com elevada prevalência de doenças crónicas e necessidades complexas de acompanhamento que coloca uma pressão contínua sobre os cuidados de saúde primários, hospitalares e continuados, não pode ser ignorada e tratada como soluções temporárias.

no entanto, pode-se afirmar que a saúde no distrito está em transformação, impulsionada pela necessidade e guiada pela entrega e competência dos profissionais e por uma atitude competente, séria e ágil dos dirigentes da ULS de Coimbra, que tem vindo a operar mudanças, nomeadamente na integração dos cuidados e continuidade na proximidade do cuidado aos cidadãos e da inovação.

No entanto, os recursos humanos constituem-se hoje um fator de fragilidade do sistema, devido a apresentar níveis excessivos de trabalho suplementar, sinal de falta de profissionais, sobrecarga laboral e risco de exaustão.

Não há serviço nacional de saúde forte sem profissionais valorizados, motivados e com condições de trabalho dignas. vivemos hoje um tempo de tripla transição demográfica, com envelhecimento e maior dependência; epidemiológica, com maior cronicidade e multimorbilidade; tecnológica e social, com cidadãos mais informados, mais exigentes e mais atentos ao seu percurso de saúde.

A ULS Coimbra, apesar das limitações e dos esforços na reorganização e do aumento da atividade assistencial, tem demonstrado uma grande capacidade de se reinventar nas equipas, na comunidade, nas respostas de proximidade e na criatividade dos seus profissionais.

A integração entre cuidados primários, hospitalares e comunitários, que está na base do modelo das uls, ainda não atingiu todo o seu potencial e precisa de reforço político, financeiro e organizacional.

Os cuidados de saúde primários são o ponto onde o serviço nacional de saúde mais se aproxima do quotidiano das pessoas e o investimento que tem sido feito nos últimos,

principalmente os cuidados de saúde primários, tem sido positivo com uma taxa de cobertura de cerca de 95 por cento médicos de família com meios complementares diagnósticos implementados em vários centros de saúde, como raio x convencional e rastreio da reuotopatia diabética, que permite fazer diagnósticos nos centros de saúde e que evita deslocamentos desnecessários aos hospitais.

Os cuidados de saúde primários acompanham pessoas com doença crónica com maior sistematização, desenvolvem literacia em saúde e estratégias de autocuidado. criam proximidade e continuidade e trabalham lado a lado para as escolas, autarquias e instituições sociais. os cuidados de saúde primários tornam-se cada vez mais o sistema nervoso do sistema de saúde pública o que sente, que antecipa e que responde.

A aposta nos cuidados de proximidade domiciliários e comunitários reduz a pressão sobre as urgências e os internamentos evitáveis.

A hospitalização domiciliária é uma das transformações mais humanizadoras do nosso tempo. o que está a ser implementado no ULS Coimbra foca-se na pessoa e não na estrutura cuida em casa, que permite mais dignidade, mais conforto, mais saúde e mais envolvimento da família.

Os percursos clínicos integrados, também implementados no ULS Coimbra, representam a passagem do episódio do doença isolado à continuidade de cuidados, dos cuidados fragmentados à responsabilidade partilhada.

O doente deixou de ser um utilizador ocasional e passa a ser uma pessoa acompanhada, mas a verdadeira integração só acontece quando há contacto frequente, acompanhamento ágil e vigilância contínua.

Para isso, é essencial a telenfermagem e a telemedicina que permitem prestar cuidados de saúde à distância através de tecnologias, facilitando o acesso, reduzindo custos e melhorando a gestão de doenças crónicas através das teleconsultas.

A aposta na formação e a valorização dos profissionais de saúde com carreiras atrativas, cumprindo os compromissos assumidos e medidas reais de fixação no serviço nacional de saúde são essenciais para o sucesso da implementação das políticas de saúde. a mudança só se justifica se promover um aspeto central, a equidade. a equidade é o critério ético e político fundamental no serviço nacional de saúde, não discriminar pelo sexo, pela idade, pela religião, nem pela nacionalidade.

Os serviços de saúde são para todos, para aqueles que a eles recorrem a saúde mental dos cidadãos, que atravessa todas as idades e todos os contextos, tem sido uma preocupação, crescente da ULS, com o reforço das equipas comunitárias de saúde mental que presta serviços distintos de suporte ao utente. a saúde mental não é um problema apenas dos hospitais ou centros de saúde. é também da comunidade, das escolas, das autarquias e das famílias.

A sua ação atingiu uma intervenção intersectorial entre a saúde, a educação, o ambiente, a ação social, numa perspetiva de prevenir, antecipar, apoiar e integrar. defender a unidade

local de saúde de Coimbra é defender o serviço nacional de saúde. é defender a coesão territorial e é defender o direito constitucional à saúde.

não podemos aceitar que uma instituição de referência nacional funcione permanentemente no limite.

O serviço nacional de saúde não é um custo, é um investimento no futuro, na dignidade e na confiança dos cidadãos. Coimbra merece mais, os profissionais merecem mais e os utentes merecem muito mais. Muito obrigado.”

O membro da AM da Lousã informou que a intervenção que iria apresentar foi solicitada pelo Presidente da Assembleia Municipal da Lousã, Santinho Antunes, que se encontrava presente na sessão, mas impossibilitado de a proferir devido a um problema de voz. Assim, procedeu à leitura da intervenção em seu nome, ficando registado que o respetivo conteúdo corresponde à posição do referido Presidente da Assembleia Municipal.

“Quero começar por cumprimentar a Senhora Presidente da região de Coimbra, a Doutora Helena Teodósio, não presente, mas na pessoa do senhor Vice-Presidente, o senhor Ricardo Cruz a quem também cumprimento a mesa na pessoa do senhor Presidente, o senhor José Brito, o seu Secretário Executivo, Jorge Brito.

Senhoras e Senhores Deputados intermunicipais, a quem desejo a todos um mandato profícuo e plenamente bem-sucedido. Como é do vosso conhecimento No passado dia 16 de dezembro foi inaugurado o metro Mondego, um equipamento de extrema relevância para a cidade de Coimbra, bem como para as vilas de Miranda do Corvo e da Lousã, representando um avanço significativo ao nível da mobilidade, da coesão territorial e da sustentabilidade da nossa região.

Neste contexto, gostaria de deixar um convite formal a esta Assembleia, no sentido de que uma das próximas reuniões da Assembleia Intermunicipal possa realizar-se no Concelho da Lousã, proporcionando simultaneamente a oportunidade de os senhores deputados utilizarem o metro mondego para o efeito. A Lousã dispõe de um cineteatro com condições muito agradáveis e plenamente adequadas à realização dos trabalhos desta Assembleia, sendo com grande gosto e inteira disponibilidade que NOS propomos a acolher essa reunião.

Esta é agora uma assembleia nova, esperando que com novas perspetivas e por isso mesmo, gostaria de apresentar as seguintes a seguintes propostas de renovação.

A CIM tem promovido formações ou Apresentações de projetos em várias vertentes que podem ser interessantes para os municípios e para o trabalho desenvolvido nas assembleias municipais, pelo que se propõe que, sempre que seja possível, serem os deputados convidados para estarem presentes.

Uma proposta ou outra no sentido de os membros desta Assembleia passarem a receber de forma regular e sistematizada, por exemplo, a cada 3 meses informação relativa à atividade do Senhor Presidente da CIM, contribuindo assim para um acompanhamento mais próximo e informado da ação executiva e permitindo que, em sede de reunião ordinária, possa também ser objeto de discussão.

Outra proposta prende-se com a necessidade de proceder à revisão do Regimento da Assembleia Intermunicipal, propondo para o efeito a criação de uma comissão específica que possa trabalhar esta matéria.

De forma estruturada e participada com vista a uma Assembleia mais interventiva e participativa.

Muito obrigado pela atenção.”

Mauro Carpinteiro membro da Assembleia Municipal de Penacova iniciou a sua intervenção saudando os membros da Mesa e todos os eleitos para o novo mandato da Comunidade Intermunicipal, dirigindo uma saudação especial a vários responsáveis autárquicos, bem como ao Secretário Executivo Intermunicipal, a quem reconheceu o trabalho desenvolvido.

Destacou o trabalho realizado pela CIM na implementação do novo sistema de transportes públicos da região, sublinhando a exigência do processo, quer ao nível jurídico, quer na sua operacionalização, e salientando os benefícios já verificados para as populações, particularmente nos territórios mais afastados dos centros urbanos.

Por fim, apresentou uma recomendação relativamente ao **IP3**, defendendo que a Comunidade Intermunicipal e os Presidentes de Câmara devem exigir a concretização efetiva da obra, evitando novas apresentações ou anúncios de traçados sem que exista avanço real na execução do projeto.

O Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, José Alexandrino, iniciou a sua intervenção saudando os membros da Mesa, os representantes da Comunidade Intermunicipal e o Secretário Executivo Intermunicipal, Jorge Brito, reconhecendo o papel relevante que este desempenha no funcionamento da CIM.

Dirigiu igualmente uma saudação especial aos deputados que participavam pela primeira vez na Assembleia, sublinhando a importância da participação e do debate democrático, referindo que a democracia se constrói também através da diversidade de opiniões.

Destacou a importância de continuar a promover a coesão territorial entre todos os municípios da Comunidade Intermunicipal, defendendo que não existem concelhos de primeira ou de segunda, devendo todos beneficiar das mesmas oportunidades de desenvolvimento.

A propósito das intervenções anteriores sobre infraestruturas rodoviárias, manifestou concordância com os investimentos anunciados para alguns concelhos da região, mas chamou a atenção para a importância da concretização do IC6, considerando tratar-se de uma infraestrutura relevante para o desenvolvimento económico do concelho de Oliveira do Hospital e da região. Nesse sentido, referiu que poderá apresentar futuramente uma moção na Assembleia Intermunicipal sobre esta matéria.

Concluiu apelando à colaboração e ao contributo de todos para o desenvolvimento da região.

O Vice-Presidente da Comunidade Intermunicipal, Ricardo Cruz, referiu, relativamente às questões colocadas sobre o ponto 2 da ordem de trabalhos, que ficou registada a observação apresentada por um dos deputados da Assembleia Intermunicipal, esclarecendo, contudo, que todos os procedimentos legais foram cumpridos no processo em causa.

Informou ainda que, no âmbito do Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, está a ser preparada uma revisão legislativa que poderá incluir alterações à lei eleitoral e o reforço de competências das Assembleias Municipais e Intermunicipais, considerando importante que os municípios se preparem para esse eventual reforço de competências.

Tomou também nota das observações relativas à necessidade de melhorar os mecanismos de comunicação entre os órgãos da Comunidade Intermunicipal, embora tenha referido que a informação se encontra disponível nas atas públicas.

Por fim, relativamente à questão do IC6, indicou que o tema já foi abordado em reunião anterior, reconhecendo a importância da ligação para o desenvolvimento da região e para a articulação com o IP3.

Concluiu desejando a todos votos de bom trabalho e sucesso para a Região de Coimbra.

Antes de encerrar os trabalhos, o Presidente da Mesa, solicitou aos presentes que a ata e as deliberações desta reunião sejam aprovadas em minuta para que tenham a eficácia devida.

Não havendo objeções, a ata e as deliberações foram aprovadas em minuta.

Nada mais tendo sido tratado, e sendo cerca das treze horas e trinta minutos, foi lavrada para constar a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

(Presidente da Mesa)

(Vice-Presidente da Mesa)

(Secretário da Mesa)